



11 de Agosto de 2017

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*

---

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

---



## O DIFÍCIL CONSENSO

O Programa de Revitalização do Setor Mineral, lançado pelo governo federal no dia 25 de julho, em cerimônia que contou com a presença do Presidente da República e um público expressivo de representantes da área mineral, repercutiu de forma diferenciada junto ao setor. De um lado, houve quem festejasse o conjunto de medidas anunciadas através da assinatura de três Medidas Provisórias (MP). De outro, houve críticas.

Os representantes da mineração viram com bons olhos o anúncio de alterações no Código de Mineração - foram feitas 23 mudanças - ao invés de se editar um novo marco regulatório, como se queria anteriormente, através de projetos de lei que ainda se encontram tramitando no Congresso e que causaram muita polêmica e discordâncias. Destacam-se, nas mudanças agora propostas, a ampliação do prazo para a realização da pesquisa mineral e a definição das regras para as áreas colocadas em disponibilidade.

A criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) em substituição ao DNPM também foi bem recebida pelas entidades e representantes do setor, porque dá à mineração o status dos outros segmentos sob o guarda-chuva do Ministério de Minas e Energia e também pode contribuir para que a gestão dos recursos minerais possa ser feita de forma mais moderna e que a escolha dos dirigentes possa ser feita com base em critérios técnicos e não apenas com base na indicação política, como ocorre em alguns casos. Mas o setor não gostou da parte que se refere à criação da Taxa de Fiscalização, que vai gerar parte dos recursos para bancar a manutenção da ANM.

A boa vontade com relação às medidas anunciadas, no entanto, cessa quando chega naquela que estabelece mudanças nas alíquotas e base de cálculo da CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral). Como se sabe, o governo mudou a base de cálculo do royalty, que será a receita auferida pelas empresas com a venda dos minérios, deduzidos os impostos. Antes a base era a receita líquida, isto é,

preço do minério menos custos de transporte, seguros e impostos. Quanto às alíquotas, dobra aquelas referentes ao ouro, que passa de 1% para 2%, aumenta a de nióbio (de 2% para 3%) e a do minério de ferro passa a ser escalonada, indo de um mínimo de 2% até um teto de 4%, tendo por base a variação da cotação do minério no mercado internacional. Por outro lado, o governo decidiu baixar a alíquota para minerais destinados à construção civil, que cai de 2% para 1,5%.

O aumento dos royalties agradou bastante a alguns prefeitos, principalmente de Minas Gerais, que já anteviam a engorda dos seus cofres e os dividendos políticos daí decorrentes. Mas há outros prefeitos, também de Minas Gerais, principalmente aqueles congregados na Amig, que protestam pela manutenção do royalty para o minério de ferro de forma escalonada, firmando que já haviam acertado os 4%, inclusive com as companhias mineradoras. Já o setor produtivo, de maneira geral, manifestou-se contra o aumento dos royalties, por representar aumento de custos num momento em que o setor está enfrentando dificuldades, por tornar o Brasil menos competitivo no mercado internacional, por contribuir para o aumento da inflação, porque o aumento será repassado para a cadeia produtiva a jusante e por dificultar o planejamento das empresas, no caso dos produtores de minério de ferro, uma vez que não saberão que royalties serão pagos no futuro.

De toda forma, a maioria considera que as medidas contribuirão para "destravar" o setor e pôr fim ao impasse criado há cerca de 10 anos, quando foram lançadas as propostas de mudança no marco regulatório para a mineração no País. Porém, há uma preocupação quanto às alterações que poderão ser feitas nas Medidas Provisórias pelo Congresso. É esperar para ver.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Autor: Francisco Alves**

**Data: Edição Agosto 2017**



## **VALE CRIA NOVOS USOS E MÉTODOS DE SEPARAÇÃO DE REJEITOS**

A Vale vem obtendo avanços em novas soluções para o armazenamento de resíduos. Um deles é o método conhecido como beneficiamento de minério a seco, principalmente com a construção do S11D. Nesse método a água não é utilizada e, após a britagem e o peneiramento, os materiais estão prontos para o mercado.

Na Nova Caledônia, a mineradora está na fase de comissionamento do Projeto Lucy, pioneiro na indústria de níquel. Trata-se de uma planta que utiliza filtros que secam o resíduo, separando a água dos sólidos. Esse processo consiste em vários painéis verticais cobertos com um tecido de filtro capaz de reter o material sólido. Eles produzem bolos de resíduos, que representam mais de 70% de solidez, contra os atuais 17% que são armazenados na lagoa de rejeitos.

### **Inovação no processo de separação de rejeitos**

Em 2014, a Vale patenteou um processo inovador de separação de rejeitos capaz de separar a areia restante (sílica) dos rejeitos provenientes do minério de ferro. E o que fazer com essa areia restante? Um pequeno grupo de estudiosos, na Suíça e no

Brasil, se inspirou nessa patente e começou a explorar a possibilidade de reutilizar essa areia reciclada como matéria-prima. Poucos sabem, mas a areia é um recurso natural relativamente escasso e representa o maior volume de matéria-prima utilizada na Terra depois da água.

Após diversas pesquisas, o grupo analisou a reutilização da areia reciclada na indústria de engenharia de rochas, que inclui produtos como bancadas de cozinha, entre outros. Eles sabiam que estavam no caminho certo quando descobriram que a Engenharia de Rochas é uma indústria avaliada em bilhões de dólares. Além disso, não existem instalações de fabricação nas Américas do Sul e Central e, como resultado da crescente escassez de areia natural, os preços são relativamente altos, o que torna a substância um negócio lucrativo nesse mercado.

Em Itajubá, Minas Gerais, a Vale, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei), está investindo em um projeto para desenvolver formas de utilizar rejeitos para fazer estradas. Com este estudo, em um futuro próximo, será possível pavimentar as estradas e rodovias com o rejeito da flotação do minério de ferro.

**Fonte: Vale**

**Data: 28/07/2017**



## **PAÍS AINDA COBRA MENOS ROYALTIES NA MINERAÇÃO**

As novas alíquotas que vão passar a incidir sobre quatro minérios em 2018 serão menores do que as cobradas pelos principais concorrentes do País no setor

As novas alíquotas que vão passar a incidir sobre quatro minérios em 2018 ainda serão menores do que as cobradas pelos principais concorrentes do País no setor, afirma o secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo.

De acordo com ele, Austrália, Canadá e Chile continuarão cobrando mais royalties do que o Brasil. “Fomos absolutamente cirúrgicos nesse tema, mas é claro que tributo não agrada ninguém”, afirmou. Com o aumento, o governo espera elevar a arrecadação em 80%.

Lôbo afirma que a mudança na forma de cobrança não tem como objetivo aumentar os custos do setor, mas trazer mais desenvolvimento ao País. As mudanças propostas pelo governo no novo código de mineração são a primeira de uma série de alterações que serão apresentadas no ano que vem para elevar a participação da mineração no PIB dos atuais 4% para 6%.

A ideia é criar instrumentos que elevem a competitividade do País para atrair investidores estrangeiros, como a listagem de empresas juniores de pesquisa em Bolsa e o levantamento de reservas minerais, com informações precisas sobre o conteúdo economicamente explorável.

“Além de segurança jurídica e regulatória, que esperamos criar com o novo código, precisamos criar instrumentos para colocar a mineração brasileira em paridade na busca do capital”, afirmou Lôbo. “É preciso trazer os investimentos de volta ao Brasil e transformar a imagem da mineração, com políticas rígidas, leis claras, conduta ética e transparência.”

O governo alterou a forma de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tecnicamente conhecido como royalty de mineração.

A partir do ano que vem, o tributo vai incidir sobre a receita bruta de venda do minério, e não sobre o faturamento líquido das empresas, incluindo custos como seguro e transporte. Essa mudança deve trazer transparência sobre a movimentação financeira de empresas que atuam de forma verticalizada, como a Vale, que criticou a nova política. A divisão de recursos foi mantida em 65% para municípios, 23% para Estados e 12% para a União.

As alíquotas do royalty para o ouro passaram de 1% para 2%; diamante, de 2% para 3%; e nióbio, de 2% para 3%. Para o minério de ferro, a cobrança será variável, entre 2% e 4%, dependendo da cotação internacional, em dólares por tonelada. Essa alíquota, segundo o ministério, é inferior à da Austrália, de 7,5; Canadá, de 16% sobre o lucro; e Chile, de 14%. “É preciso reconhecer que, na cadeia de produção mineral, minério de ferro e ouro têm papel fundamental na arrecadação”, disse Lôbo.

**Fonte: Estadão**

**Autora: Anne Warth**

**Data: 05/08/2017**



## **NOVA AGÊNCIA INAUGURA REGRA MAIS SELETIVA PARA ESCOLHA DE DIRIGENTES**

A nova Agência Nacional de Mineração (ANM), que cuidará da regulação e da fiscalização do setor, deve inaugurar um dispositivo inédito entre os dez órgãos reguladores federais. Passam a valer, na futura agência, os mesmos critérios de seleção da Lei de Responsabilidade das Estatais para a escolha de seus diretores.

Ministros ou secretários de Estado, dirigentes de partidos políticos ou pessoas que tenham exercido cargos em organizações sindicais ficam impedidas de fazer parte da diretoria colegiada da ANM. Os indicados deverão cumprir um dos seguintes requisitos: ter dez anos de experiência profissional no campo de atuação da agência, ter quatro anos de chefia ou cargo de direção superior em uma empresa no mesmo campo de atividade ou quatro anos em cargo de confiança na administração pública.

Essas exigências constavam do projeto de lei geral das agências que foi aprovado pelo Senado no ano passado. A Casa Civil redigiu o texto, que era uma das prioridades da agenda microeconômica no início do governo de Michel Temer. Quando chegou à Câmara dos Deputados, entretanto, o projeto simplesmente travou e nem sequer uma comissão especial para discuti-lo foi instalada.

O Palácio do Planalto fez questão de incluir esse dispositivo na MP 791, medida provisória que cria a agência no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Mas vários parlamentares esboçam resistência ao texto enviado para o Congresso Nacional e querem mudanças. Os deputados Patrus Ananias (PT-MG) e Joaquim Passarinho (PSD-PA), entre outros, apresentaram emendas para impedir vedação a dirigentes sindicais. Patrus sustenta que a proibição é "arbitrária e desrespeitosa" com pessoas ligadas aos sindicatos.

Já o deputado Hugo Leal (PSB-RJ) defende que a sede da nova agência seja no Rio de Janeiro, não em Brasília, ressaltando o "grande contingente de servidores públicos federais do Poder Executivo, com formação em geologia e engenharia de minas, atualmente lotados no Rio".

O **Valor** apurou que a bancada mineira do PMDB já reivindica, nos bastidores, ascendência na indicação da cúpula da futura autarquia. O atual diretor-geral do DNPM, Victor Bicca, já foi alçado ao cargo com sinal verde dos pemedebistas de Minas Gerais. A ANM terá cinco diretores e o governo afirma que não haverá impacto orçamentário porque ela aproveitará toda a estrutura existente do DNPM.

**Fonte: Valor**

**Autor: Daniel Rittner**

**Data: 08/08/2017**



## **MINING INDUSTRY CAN NOW PREDICT OPPOSITION TO PROJECTS BEFORE IT'S TOO LATE**

It's sounds too good to be true, but a new company is proving miners they can foresee opposition or any other form of social conflict related to their projects, before they even attempt going through a licensing process.

Chalkstone, a UK-based company founded by Donald Bray, a political anthropologist and academic at the University of Cambridge, bases its success in a very unique method, applying what's known as "granular social intelligence."

"We take a systemic approach and mix methodologies, combining big data and quantitative analysis with ethnography, qualitative interviews and focus groups, all of which help us dig deep into particular issues and accurately define the social stance of a target group," Bray explains on the phone from his home in Paris.

Before going further, he's quick to note that the goal of his company is not just to help mining companies get what they want, but to assist them in building mutual trust with the groups living in the areas in which they operate.

"We are not interested if the community is, in any way, being taken advantage of," he says. "Our due diligence runs in a number of different directions."

The expert, with more than 15 years of experience working across the globe, particularly in conflict zones, is not saying mining companies are the "bad guys" in the story.

"It's not that firms don't care about CSR [corporate social responsibility] or don't want to invest in it. The problem is that most tools currently available don't really help them grasp the human aspect of their projects," he says.

Half of all risks faced by extractives companies are non-technical ones, which in turn account for nearly 75% of all projects delays. "For a mid to large sized mining company, the costs of these delays (socio-political and community risks) can add up to some \$20 million a week," says Bray. "This is huge and it deserves far more attention than mere box-ticking or forms of corporate philanthropy."

Chalkstone already has a known success story under its belt. After an intensive study on a ruby mine and a copper deposit in Afghanistan, applying counter-insurgency tactics used by deployed troops, Bray was hired in 2015 by Gemfields (LON:GEM), the world's largest emerald and ruby miner. At the time, the precious gems firm had committed to building an emerald mine in Colombia.

Part of Chalkstone's work to help Gemfields enter the market was the creation of a communications platform based in text messaging, which allowed the mining company and local communities to talk freely to one another.

Named by the community as "Suna Verde" (meaning "Green Pathway" in the Muisca aboriginal language), the system kept locals updated on everything from job-training initiatives to when the "health brigade" (a team of doctors and nurses that travel around the countryside) would be in each village. Soon, says Bray, Suna Verde was rivalling the radio as the region's main source of news and other information.

"The experience showed us that communities want jobs, roads, hospitals and clinics, schools, and any other benefit offered by mining companies, but they want to be actively involved in their decisions. They don't want to be just beneficiaries of someone else's goodwill," says Bray. "This is one of the most important lessons I've learned and which is transferrable to almost any community in the world."

During the first months of work for Gemfields in Colombia, Chalkstone warned the company there was opposition brewing for another international mining firm in the region. Only four months later, that miner was hit by protests and even armed attacks.

"When you invite thousands of voices into a conversation, you need to be prepared for dissenting opinions (...) By listening to all of them, you're able to get in front of the risks. That's what happened in Colombia... we were able to see things that you wouldn't normally see and we told Gemfields about it."

While Gemfields decided in May to leave Colombia and Sri Lanka to focus on its African projects, the fact the company didn't face hostility from community members is a testament to Chalkstone's work, says Bray.

The company, currently involved in mining and oil and gas projects in East Africa, as well as a new venture in Colombia, believes its novel approach could also be useful to investors.

"Given that nearly 66% of shareholder value in a junior miner is linked directly to socio-political and community risks, according to some calculations, investing in understanding the social environment in which a miner will operate shouldn't be an afterthought or something people turn their minds to only when times get tough," Bray warns. "Trust is valuable," he concludes.

These are a few examples of conflicts an approach such as Chalkstone's could have prevented:

The Tsilhqot'in National Government and Taseko Mines (TSX:TKO) are scheduled to face off in a Canadian court Monday, marking the latest stage in a long-running battle over a proposed open-pit mine the company wants to build near Fish Lake, also known as Teztan Biny.

Latin America-focused Tahoe Resources (TSX:THO)(NYSE:TAHO ) saw its shares collapse in July after Guatemala revoked the mining license for its flagship Escobal mine, due to a long-running dispute with local groups.

Also in July, Canada's Gabriel Resources (TSX:GBU) decided to sue Romania for \$4.4 billion in alleged losses over its long-stalled Rosia Montana gold and silver project, which the government of that country refused to approve following relentless protests.

Earlier this year, AngloGold halted all exploration work at its La Colosa project in Colombia's central Tolima after voters overwhelmingly backed a proposal to ban mining in the municipality.

A few days before, Canada's Gran Colombia Gold (TSX:GCM) decided to take the Colombian government to court for forcing the company to halt operations at its Marmato project until further consultation with locals has been conducted.

Community opposition to the \$5 billion copper-gold Conga project in Peru forced Newmont (NYSE:NEM) to walk away from it last year.

**Fonte: Mining**

**Autor: Cecilia Jamasmie**

**Data: 07/08/2017**



## **CONGRESSO JÁ BUSCA TAXAÇÃO ADICIONAL SOBRE MINERADORAS**

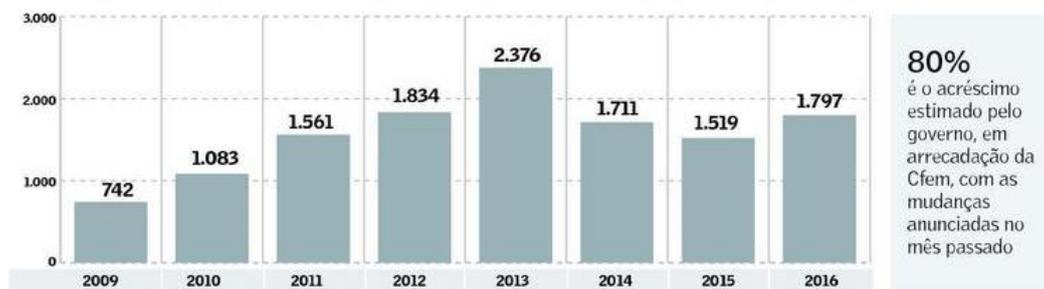
O Congresso Nacional já pressiona por mudanças relevantes nas medidas provisórias que aumentam os royalties da mineração e alteram o marco regulatório do setor. Deputados e senadores apresentaram quase 350 emendas - número alto para os padrões legislativos - aos textos enviados originalmente pelo governo. Muitas buscam elevar a fatura imposta às mineradoras, com aumentos ainda maiores das alíquotas e cobrança de participações especiais sobre jazidas de alta produtividade, como já ocorre na indústria de petróleo e gás.

A pressão por mais receitas é encabeçada pela bancada paraense. O senador Flexa Ribeiro (PSDB) e o deputado Arnaldo Jordy (PPS), ambos da base aliada, resgataram a ideia de uma tributação adicional sobre projetos de minério de ferro com "grande rentabilidade" para reforçar os cofres públicos. Flexa sugere uma taxa extra de até 2,6% do faturamento bruto para jazidas com produção a partir de 6 milhões de toneladas por trimestre, como aquelas localizadas na Serra dos Carajás (PA) e no Quadrilátero Ferrífero (MG), dependendo do volume extraído e do teor médio de ferro. Em outra emenda, Jordy propõe mais uma alíquota de pelo menos 5% sobre minas que tenham "lucros extraordinários".

A cobrança de participações especiais era um desejo da ex-presidente Dilma Rousseff ao elaborar sua proposta de reforma do código de mineração. Ela foi dissuadida do mecanismo na reta final de discussões pelo então presidente da Vale, Murilo Ferreira, e retirou essa previsão do projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados em 2013.

## Receita ensaia recuperação

Arrecadação com royalties da mineração e principais emendas à proposta do governo, em R\$ milhões



Autores das emendas	Proposta
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Institui a cobrança de participações especiais no setor, conforme produção das jazidas e teor do minério de ferro
Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Institui a cobrança de participações especiais no setor, com alíquota de pelo menos 5% sobre o faturamento bruto
Sérgio Vidigal (PDT-ES)	Institui participações especiais – com acréscimo de 50% sobre o valor devido em Cfm – para jazidas com alta produtividade
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Aumenta gradualmente as alíquotas do minério de ferro para faixa entre 3% (abaixo de US\$ 60) e 5% (acima de US\$ 100)
José Priante (PMDB-PA)	Mantém royalties entre 2% e 4%, conforme proposta do governo, mas reduz preços de entrada em cada faixa de alíquota
Otto Alencar (PSD-BA)	Reduz alíquota de royalty do diamante para 1% – hoje é 2% e governo propôs aumento para 3%
Wellington Roberto (PR-PB)	Reduz de 3% para 2% a alíquota de royalty para potássio
Aelton Freitas (PR-MG)	Alíquotas sobre ouro variam de 1% a 2%, conforme o preço internacional – hoje é 1% e o governo propõe 2%
Gorete Pereira (PR-CE)	Direitos minerários podem ser oferecidos como garantia real aos bancos para obtenção de empréstimos
Padre João (PT-MG)	Exige contratação de seguros contra riscos ambientais e plano de contingência para desastres
Jerônimo Goergen (PP-RS)	Estabelece exigência de conteúdo nacional de pelo menos 60% para máquinas e equipamentos nas atividades de lavra
Sérgio Souza (PMDB-PR) e Aelton Freitas (PR-MG)	Tira despesas como frete e seguro do cálculo de faturamento bruto para incidências de royalties
Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Tira o processo de pelotização do minério de ferro da fórmula de cálculo para cobrança da Cfm
Soraya Santos (PMDB-RJ), André Fufuca (PP-MA) e Luiz Sérgio (PT-RJ), entre outros	Inclui municípios indiretamente afetados por atividades minerais na lista de beneficiários por royalties
Joaquim Passarinho (PSD-PA) e Patrus Ananias (PT-MG)	Flexibiliza ou elimina vedação a dirigentes sindicais para indicação à diretoria colegiada da agência reguladora
Hugo Leal (PSB-RJ)	Sede da agência reguladora deve ficar no Rio de Janeiro

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) defende uma alíquota fixa de 4% como royalties sobre o minério de ferro e também se diz a favor das participações especiais. Lembra que outro grande produtor global, a Austrália, tem royalties de 5% a 7,5%. Hoje o Brasil cobra 2%. "Não somos loucos de matar a galinha dos ovos de ouro. Só estamos falando em dar tratamento mais justo a negócios que são absolutamente extraordinários", argumenta Waldir Salvador, consultor da Amig, em referência à proposta de participações especiais. Ele acredita, porém, que a ideia tem pouca chance de prosperar. "O lobby contrário das empresas é pesadíssimo."

O senador Flexa Ribeiro também propõe uma tabela de royalties com alíquotas progressivas, de 3% a 6%, variando conforme a oscilação de preços no mercado internacional. Trata-se do mesmo sistema desenhado pelo governo, mas com uma diferença essencial: o Palácio do Planalto sugere uma faixa entre 2% e 4% para a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfm).

Na tabela elaborada pelo Ministério de Minas e Energia, os royalties são mais baixos quando a cotação do minério estiver em menos de US\$ 60 por tonelada e mais altos quando ultrapassar a casa de US\$ 100. Existem ainda três alíquotas intermediárias. Em outra emenda, o deputado José Priante (PMDB-PA) sugere a manutenção do sistema de royalties variáveis, mas diminui o valor de entrada em cada

faixa. Ele quer 2% de tributação com o minério abaixo de US\$ 50, 3% de US\$ 50 a US\$ 80, 4% acima de US\$ 100. Na prática, essa mudança resultaria em taxa extra das empresas.

"As empresas não suportam mais o aumento da carga tributária no Brasil", lamenta o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Walter Alvarenga. Para ele, comparar apenas os royalties cobrados no Brasil e em outros países gera distorções.

De acordo com o executivo, só a carga tributária atinge entre 35% e 40% das receitas, mas outras despesas - como taxas estaduais de licenciamento, taxas municipais de uso da água, custos logísticos e trabalhistas - têm que ser considerados em uma conta perversa: a perda de competitividade do Brasil na comparação com outros fornecedores. Diante desse quadro, é preciso discutir com prudência o aumento dos royalties: "Vemos isso com grande preocupação".

O prazo para a apresentação de emendas terminou às 18h de ontem e 344 propostas de mudanças eram contabilizadas até esse horário no sistema de acompanhamento do Senado. Agora serão montadas as comissões especiais das três medidas provisórias enviadas pelo governo e designados os relatores. Uma MP trata especificamente dos royalties, outra modifica 23 pontos do código de mineração em vigência desde 1967 e a terceira cria uma agência reguladora para o setor - em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

No ano passado, a arrecadação com royalties alcançou R\$ 1,8 bilhão. O governo espera um aumento de 80% nas receitas anuais com a Cfm. Isso significa, se forem mantidas as atuais cotações, um acréscimo em torno de R\$ 1,5 bilhão por ano. A divisão das receitas é feita da seguinte forma: 65% para municípios onde estão as jazidas, 23% para os Estados produtores e 12% para a União.

Várias emendas de parlamentares de grupos políticos diferentes - como Soraya Santos (PMDB-RJ), Luiz Sérgio (PT-RJ) e Cleber Verde (PRB-MA) - defendem uma parcela minoritária das receitas para municípios "indiretamente" afetados pelas atividades minerais. São principalmente cidades com infraestrutura ferroviária ou portuária, com embarque e desembarque de minérios, e impactos como partículas atmosféricas e poluição sonora.

Algumas propostas de mudança estão em linha com os interesses das mineradoras. Uma delas, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), prevê o uso dos direitos minerários sobre as jazidas como garantia real das empresas na obtenção de financiamento.

Outra sugestão importante, apresentada por Aelton Freitas (PR-MG), deduz gastos com transporte e seguro do cálculo de receita bruta das mineradoras. O tema é delicado porque, além de mexer nas alíquotas, o governo resolveu mudar a cobrança de faturamento líquido para total. Isso inclui, por exemplo, as despesas com frete para o escoamento da produção. "Conforme a redação vigente, há um tratamento igual para situações absolutamente desiguais, pois as minas que estiverem mais próximas do local de embarque ou do ponto de beneficiamento pagam aos cofres federais valor diferente pelo mesmo bem mineral", diz Aelton Freitas em sua justificativa.

Além das participações especiais, outro mecanismo usado na indústria de petróleo pode ser replicado na mineração: a política de conteúdo nacional. O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) pretende incorporar ao texto de uma das medidas provisórias a exigência de um índice "não inferior" a 60% para a nacionalização de equipamentos

utilizados "nas instalações de voltadas às atividades de lavra, beneficiamento e transporte de minério".

**Fonte: Valor**

**Autor: Daniel Rittner**

**Data: 08/08/2017**



## **TRI STAR DESCOBRE CAMADAS MINERALIZADAS EM CASTELO DE SONHOS**

Os resultados dos ensaios feitos com material retirado por sondagem de circulação reversa (RC) no projeto de ouro Castelo de Sonhos (CDS), da TriStar Gold, continuam a mostrar intervalos significativos nos novos furos

A sondagem vai continuar até o início de setembro, quando devem ser concluídos entre 120 e 150 furos de RC. Segundo a mineradora, isso deve ser suficiente para fornecer informação para a estimativa de novos recursos minerais e para concluir um estudo inicial de economicidade. O PEA, sigla em inglês para *Preliminary Economic Assessment*, está programado para ser concluído antes do fim do ano.

"Estamos satisfeitos que a nova sondagem seja consistente com o nosso conceito de alvo de exploração. Sabemos, desde o ano passado, que temos um potencial considerável para os recursos ao longo da camada do conglomerado mineralizado. Mas os resultados de julho dos furos detalhados no coração de Esperança Sul agora demonstram um potencial de aumento significativo, mesmo em áreas onde os recursos indicados foram relatados anteriormente. Intervalos largos que ocorrem bem acima do ponto médio do depósito significam recursos adicionais potenciais além dos limites da cava que continham o recurso em 2014", disse Nick Appleyard, presidente e CEO da TriStar em nota.

As sondagens mostram que os limites da futura cava serão maiores. Novos furos, feitos a cerca de 50 metros da seção usada para avaliação de recursos em 2014, revelam camadas com espessura de 10 metros fora desses limites e com teores de ouro acima da média do projeto. Um desses furos contém 14 metros com teor médio de 3,2 gramas de ouro por tonelada, com vários intervalos curtos de 5 gramas de ouro por tonelada.

A figura a acima mostra 93 furos de RC que foram concluídos nas áreas Esperança Sul e Centro do projeto. Todos os furos RC são verticais e perfurados até a profundidade de 120 metros. Vários intervalos apresentam teores acima de 10 gramas de ouro por tonelada, como o CSH-17-188 que com 4 metros @ 8,3 g/t Au, a partir de 27 metros, incluindo 1 metro com 27,8 g/t Au.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 08/08/2017**



## **IBRAM IMPLANTA COMITÊ PARA SUSTENTABILIDADE NA MINERAÇÃO**

A instalação do Comitê de Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) realizada no dia 4 de agosto irá estabelecer um novo parâmetro para conduzir as ações e relações do setor com agenda de sustentabilidade mundial. Em evento que reuniu aproximadamente 40 pessoas na sede do Instituto em Brasília (DF), foram discutidas as expectativas e anseios das principais mineradoras do país e de representantes da cadeia produtiva do setor mineral.

A abertura foi realizada pelo Diretor-Presidente do IBRAM, Walter Alvarenga, que acredita que “o Comitê poderá se transformar numa arma poderosa para que a Diretoria Executiva do Instituto se aparelhe de informações essenciais para tomadas de decisões em temas estratégicos”. Na oportunidade, também explicou algumas das mudanças presentes nas MPs apresentadas pelo Governo na última semana e como cada uma delas poderá afetar a atividade.

Em continuidade à agenda, Alberto Nínio, Diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade da Vale, Conselheiro do IBRAM e coordenador do comitê explicou que o Conselho Diretor do Instituto espera que seja criado um plano de trabalho flexível que considere as empresas associadas como um grupo. “O Comitê definirá um leque de assuntos sobre sustentabilidade para serem discutidos e trabalhados mais entre os mais importantes para as associadas”, afirma Nínio.

Já Luiz Paulo Teles Barreto, Diretor Institucional da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Conselheiro do IBRAM, demonstrou aos participantes a importância da reestruturação das áreas ligadas à sustentabilidade e a necessidade da discussão constante do tema. “Infelizmente nosso setor ainda é muito mistificado e precisamos realizar um trabalho intenso para reverter o consciente coletivo. Muitas pessoas ainda vêem a mineração apenas como uma atividade de risco”, lamenta. “Somos um setor extremamente importante que gera emprego, desenvolvimento, recolhe impostos e investe muito em tecnologia. Precisamos mostrar isso para toda a comunidade, por meio de ações efetivas”, garante.

José Margalith, Diretor Jurídico e de Sustentabilidade da AngloGold Ashanti, frisou a importância da criação de um comitê que reúne empresas que “adotam atitudes íntegras, corretas e sustentáveis, que agregam valor não só à região em que estão inseridas, mas a todo o Brasil”. “Se conseguirmos que a mineração seja percebida de forma diferente pela população teremos condições de atuar de maneira mais efetiva, crescer e gerar ainda mais divisas”, completa.

Em seguida o Diretor de Assuntos Ambientais do IBRAM, Rinaldo Mancin, e a Gerente de Assuntos Ambientais, Claudia Salles, mostraram aos participantes as principais ações desenvolvidas pelo Instituto ao longo dos 40 anos de atuação. “Trabalhamos constantemente para que a inovação seja considerada um tema primordial entre nossas associadas e sabemos que a incorporação de novas tecnologias pelas empresas, especialmente aquelas relacionadas à gestão de ativos, aos recursos

hídricos e à Saúde e Segurança no Trabalho têm grande impacto na sustentabilidade”, explica Mancin.

Entre os temas mais sensíveis que serão discutidos pelo grupo estão as mudanças climáticas, a licença social para operar, o relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais etc. “Nosso setor transforma recursos minerais em desenvolvimento e prosperidade e gera um efetivo crescimento local. O IBRAM é um grande promotor de conhecimento não só entre seus associados, mas também no poder público e na sociedade em geral. Por meio da difusão das boas práticas adotadas pelas empresas podemos modificar a percepção do coletivo em relação à nossa atividade”, pontua Cláudia Salles.

O próximo encontro será realizado durante a Exposição Internacional de Mineração (EXPOSIBRAM) e o Congresso Brasileiro de Mineração, eventos que serão promovidos pelo IBRAM de 18 a 21 de setembro, em Belo Horizonte (MG) e terá como tema gestão de recursos hídricos. Os participantes apresentarão sugestões de como comunicar o setor de forma mais efetiva, além de resultados concretos que demonstrem como a indústria mineral está conduzindo suas atividades em busca do desenvolvimento sustentável.

**Fonte: Portal da Mineração**

**Data: 07/08/2017**



## **COPPER PRICE JUMPS TO HIGHEST SINCE 2014**

Copper futures trading on the Comex market in New York advanced for a third session on Tuesday after a rebound in imports by top consumer China.

In brisk volumes copper for delivery in September jumped to a high of 2.9455 a pound (\$6,494 per tonne) in lunchtime trade, up more than 1% on Friday's close to the highest since mid-December 2014.

Copper's 2017 year to date gains in percentage terms now top 16% and the red metal has recovered more than 50% in value after falling to six-year lows below \$2.00 a pound in January last year.

Chinese imports of refined copper increased 8.3% in July from a year ago, but cargoes remain down 15% over the first seven months of 2017 to 2.62m tonnes. Shipments of copper concentrate were unchanged in July from the month before and up 2.2% from July last year to 1.4m tonnes.

Year to date Chinese concentrate imports total 9.7m tonnes, not far off last year's pace despite supply disruptions at some of the world's biggest mines including BHP's Escondida mine in Chile earlier this year and ongoing strike action at Freeport McMoRan's Grasberg operations in Indonesia.

Workers at Grasberg have extended their strike for a fourth month to end August. Freeport's temporary exporting licence is coming up for renewal in October, a bargaining chip used by Jakarta as it negotiates with the Phoenix-based company about divesting a majority stake in its Indonesian subsidiary.

2016 was a banner year for concentrate imports with volumes gaining 28% over 2015 hitting an all-time high of 16.96 million tonnes for the full year. Chinese

imports compare to global mined production of an estimated 20.5 million tonnes per year.

Bart Melek, head of commodities strategy at TD Securities quoted by CNBC last week said copper could continue to rally but it could run out of steam later in the year:

"If we break through the current levels here, there's a very robust resistance at \$2.96," he said. Melek said under the right circumstances, it could go to \$3.2745."

**Fonte: Mining**

**Autor: Frik Els**

**Data: 08/08/2017**



## **DEMANDA CHINESA PUXA PREÇO DO MINÉRIO**

O minério de ferro, uma fonte central de lucros para algumas das maiores empresas de mineração do mundo, atingiu seu nível mais alto desde abril, pois a vasta indústria siderúrgica chinesa continua operando a um ritmo acelerado.

As importações chinesas da matéria-prima estão em vias de ultrapassar o recorde de 1 bilhão de toneladas registrado no ano passado, pois as usinas siderúrgicas estão aumentando a produção, numa tentativa de lucrar com os altos preços domésticos.

Ontem, os contratos futuros de aço negociados mais ativamente atingiram um pico em quatro anos em Xangai, enquanto os consumidores intensificavam as compras antes de implementar cortes na produção. Pequim ordenou que produtores de aço em quatro províncias setentrionais baixassem sua produção, neste inverno, como parte de um esforço para reduzir a crônica poluição do ar.

"Com as margens chinesas de aço em altas plurianuais, a demanda de minério de ferro poderá continuar a surpreender", informou o J.P Morgan.

Juntamente com o carvão coque, o minério de ferro é um dos principais ingredientes na fabricação de aço. Como as usinas chinesas estão operando a plena capacidade, elas utilizam cada vez mais minerais com teor mais elevado de ferro - de 62% ou mais -, para aumentar a produção.

Isso é uma bênção para grandes fornecedores, como a Vale, a BHP Billiton e a Rio Tinto, que anunciaram na semana passada planos de pagar dividendos num total de US\$ 3 bilhões a seus acionistas, em parte devido aos crescentes preços do minério de ferro.

Desde que caiu para US\$ 53 em maio, o minério de ferro subiu mais de 40% devido à forte demanda chinesa, mas também a um contido crescimento da oferta.

A produção chinesa de aço aumentou 4,6% no primeiro semestre deste ano, a taxa de crescimento mais rápida desde 2013, enquanto a Vale e a Rio Tinto anunciaram um corte na produção do ano inteiro.

O minério de referência australiano, com teor de ferro de 62% subiu 3%, para US\$ 76,10 a tonelada, ontem, de acordo com uma avaliação do The Steel Index, um provedor de dados sobre commodities.

Chris Mawe, diretor financeiro da Ferrexpo, um produtor de minério de ferro com ações negociadas em Londres, disse ao "Financial Times" acreditar que a demanda

por minério e pellets de alta qualidade permanecerá aquecida, já que a indústria siderúrgica chinesa investe em altos-fornos maiores, que são menos poluentes.

"As usinas com as quais estamos conversando, na China, estão reportando muitos controles [mais] rigorosos sobre as emissões, e especificações muito mais exigentes para o aço que produzem, o que realmente as obriga a usar minério com teor mais elevado de ferro", disse ele.

A Ferrexpo produz pellets com 65% de ferro provenientes de minas da Ucrânia. Ao longo da primeira metade do ano, esses pellets foram negociados a um prêmio de US\$ 43 a tonelada para minério com 62% de conteúdo de ferro.

Esses comentários são os mesmos enunciados por Jean-Sébastien Jacques, presidente-executivo da Rio Tinto.

Após anunciar o maior dividendo provisório nos 144 anos de história da empresa, na semana passada, Jacques disse que o diferencial de preços entre os minérios de alta e baixa qualidade provavelmente persistirá.

**Fonte: Valor**

**Autor: Neil Hume**

**Data: 08/08/2017**



## **CARRO ELÉTRICO GERA CORRIDA POR POLO DE MINERAÇÃO DE US\$ 90 BI**

*Área produz lítio, elemento usado em baterias deste tipo de veículo*

A disputa das maiores empresas do mercado de lítio para garantir a oferta do metal usado em produtos de alta tecnologia está se intensificando no coração da indústria de mineração australiana, de 170 anos e US\$ 90 bilhões.

A crescente demanda chinesa por baterias de íon de lítio, necessárias para veículos elétricos e para armazenagem de energia, está gerando aumentos de preço significativos e uma explosão de ativos na Austrália, país que já é o maior produtor de lítio. Esse polo de rápido desenvolvimento está atraindo investimentos e negócios de produtoras globais e também de fabricantes de produtos químicos e baterias, entre outros, na China, o maior consumidor.

A Austrália Ocidental tem quatro operações em produção e mais três projetos importantes sendo adiantados para início de produção. É provável que as principais empresas continuem procurando negócios no estado para garantir uma oferta pelos próximos 20 ou 30 anos, segundo a consultoria Benchmark Mineral Intelligence.

"Há empresas sérias investindo e as pessoas estão começando a garantir os maiores recursos e aqueles de maior duração. A pergunta é: quem é o próximo?", disse Simon Moores, diretor-gerente da Benchmark Mineral, por telefone, de Londres. Embora em menor escala, essa "é uma disputa por mercado como a que ocorreu na indústria do petróleo quando BP, Shell e outras chegaram no Oriente Médio nas décadas de 1960 e 1970", disse ele.

### **Mina em expansão**

Greenbushes, na Austrália Ocidental, a maior mina de lítio de pedra dura do mundo, está sendo expandida e terá mais do que o dobro de sua capacidade anual, informou a Talison Lithium, uma joint venture da China Tianqi Lithium com a Albemarle, da Carolina do Norte, nos EUA, por e-mail. O local, onde a atividade de exploração começou com o estanho em 1888, já responde por cerca de 30 por cento da produção mundial de lítio, segundo o governo da Austrália. A Tianqi também planeja cerca de 717 milhões de dólares australianos (US\$ 578 milhões) em expansões de plantas de processamento.

A Jiangxi Ganfeng Lithium, que tem participações em projetos em países como Irlanda e Argentina, detém cerca de 43 por cento da operação Mt. Marion, na Austrália, e em maio fechou um pacto de oferta e investimento com a Pilbara Minerals para desenvolvimento de minas. A fabricante de baterias Shaanxi J&R Optimum Energy assinou acordo em julho para produção futura do projeto da Altura Mining.

“Essa é a expansão mais significativa da oferta de lítio na história e ainda estamos com uma demanda insuficiente”, afirmou Chris Reed, CEO da Neometals, parceira da Ganfeng e da Mineral Resources na operação de Mt. Marion. Reed deverá discursar na quarta-feira no encerramento do fórum de mineração Diggers and Dealers, com duração de três dias, em Kalgoorlie, na Austrália Ocidental.

A Soc. Química & Minera de Chile, maior fornecedora de lítio do mundo, fez sua primeira incursão fora da América do Sul em julho ao investir cerca de US\$ 110 milhões por 50 por cento do projeto Mt. Holland, da Kidman Resources, na Austrália Ocidental, com o objetivo de entrar em produção até 2021, pelo menos. O projeto se somaria à expansão da SQM para a Argentina.

**Fonte: O Globo**

**Data: 09/08/2017**



## **VALE QUER ATRAIR NOVOS INVESTIDORES ASIÁTICOS E FUNDOS DE MINERAÇÃO**

Com a ascensão da Vale ao mais alto nível de governança da B3 e diante de novas medidas estratégicas para alavancar resultados, a mineradora acredita ser possível ampliar a base de acionistas, atingindo novos perfis, como asiáticos e fundos mineração e metais.

A inclusão da Vale no Novo Mercado, como parte de um amplo plano de pulverização do bloco de controle atual da companhia, será um pontapé decisivo para a empresa afugentar alguns riscos que hoje estão atrelados a ela, disse o diretor-executivo de Finanças e de Relações com Investidores da mineradora, Luciano Siani, ao Reuters Latin American Investment Summit.

"De modo geral, a expectativa é que com a melhoria da governança você atraia mais investidores", afirmou Siani, ao receber a reportagem da Reuters para uma entrevista em um dos atuais escritórios da empresa, no Rio de Janeiro.

O executivo frisou que a empresa, maior produtora global de minério de ferro e de níquel, é destino certo para investidores de Brasil e mercados emergentes,

mas ainda não é garantida na carteira daqueles que investem nos principais produtos da mineradora ou daqueles que atuam na Ásia, onde estão seus maiores clientes.

"Quando você olha os chamados fundos de 'mining and metals', nesses a gente tem um caminho para percorrer, porque existe um reconhecimento da Vale, mas não é como nós gostaríamos", declarou o diretor.

A Vale, segundo Siani, chegou a ter cerca de 500 mil acionistas, quando houve um boom de demanda da China, e hoje tem cerca de 200 mil. "Houve uma perda importante da base acionária que precisa ser revertida", ressaltou.

O perfil da mineradora também traz uma desvantagem em relação aos seus concorrentes, que têm perfis mais balanceados de acionistas, enquanto a Vale ainda é muito concentrada em América do Norte e Europa, destacou o diretor.

O plano de reestruturação societária foi aprovado em junho e agora passa por uma fase de conversão voluntária de ações preferencialistas em ordinárias, cujo prazo de adesão termina na sexta-feira.

A diretoria executiva, segundo Siani, está otimista em relação ao resultado, confiante de que os acionistas entendem que o processo ampliará governança e transparência, afastando a possibilidade de interferências do governo --representados hoje no bloco de controle-- e agregando valor à companhia.

"Aqueles que se anteciparam tiveram belos retornos, porque as ações da Vale triplicaram de valor nos últimos 18 meses", afirmou.

### **Velhos riscos, novos desafios**

Como parte de um grande plano para alavancar os resultados da gigante do minério de ferro, Siani prevê apresentar novas estratégias no tradicional Vale Day, em Nova York, realizado em todo ano em dezembro.

O evento, que normalmente atualiza o "guidance" para os anos seguintes, deverá trazer também o resultado de uma análise profunda de todos os negócios da empresa, a primeira promessa do presidente, Fabio Schvartsman, que assumiu o cargo em maio.

O objetivo, segundo Siani, é buscar rentabilidade para todos os negócios, além do minério de ferro, e reduzir fatores de risco atrelados à Vale.

Com a alta exposição à variação dos preços do minério de ferro, as ações da Vale são muito influenciadas por oscilações dos preços da commodity.

A ideia, segundo Siani, é que com o fortalecimento dos demais negócios e com a superação de alguns riscos, as ações possam oscilar menos em patamares maiores.

Dentre os planos que devem ser apresentados, a empresa deverá apontar para uma redução de dívida líquida mais profunda que a planejada para 2017. A meta atual é reduzir o endividamento para entre 15 bilhões e 17 bilhões de dólares ao final deste ano, ante os cerca de 22 bilhões de dólares registrados no fim do segundo trimestre.

Para isso, a empresa prevê permanecer trabalhando para gerar caixa e com investimentos em queda, após a entrega do seu maior projeto de minério de ferro, em Canaã dos Carajás, que iniciou a operação comercial no início deste ano.

"Tendo em vista a imensa volatilidade das commodities, estamos inclinados certamente a trabalhar com níveis de dívida ainda inferiores, mas a companhia já pode

dizer que é possível remunerar melhor os nossos acionistas", afirmou, evitando antecipar o patamar de desalavancagem que deverá ser buscado.

Para contribuir com a queda da dívida e atingir a meta deste ano, Siani citou a conclusão de desinvestimentos já anunciados e reiterou que haverá uma venda adicional de quatro navios nos próximos meses. Além disso, Siani declarou que novos movimentos de fusões e aquisições estão totalmente descartados nos atuais planos.

"A Vale só vai pensar em M&A (sigla em inglês para fusões e aquisições) o dia que concluir o seu dever de casa, a gente ainda tem muito o que fazer na gestão de portfólio de ativos", afirmou.

### **Resultados e planos para o futuro**

Com a conclusão e o sucesso dos planos para alavancar valor às ações da Vale, Siani destacou que a empresa poderá avaliar retornar ao mercado de fusões de aquisições de uma forma diferente.

"Um dia, se a Vale vier a fazer M&A, certamente será usando as suas próprias ações como moeda, o que aliás é algo que essa reestruturação permite", afirmou, explicando que a medida, se aplicada atualmente, poderia diluir o bloco controlador.

"Financiar M&A com dívida, usando seu próprio fluxo de caixa, é algo que a gente não pretende fazer", frisou.

Entretanto, para isso, Siani reiterou que as ações da Vale precisam ter uma "valorização adequada, o que não é o caso ainda hoje".

Outra mudança, segundo Siani, é que a empresa não voltará a investir nos chamados projetos "greenfield", totalmente novos e que carregam um maior volume de investimentos.

"O mundo não precisa mais de projetos greenfields na maioria das commodities", disse o diretor, destacando que expansões de projetos já existentes são mais baratas, mas mesmo assim a empresa será muito criteriosa daqui para frente.

**Fonte: Reuters**

**Autores: Marta Nogueira, Alexandra Alper e Guillermo Parra-Bernal**

**Data: 08/08/2017**



## **ÓLEO USADO DE COZINHA NA CAPTURA DE MERCÚRIO**

Uma tecnologia desenvolvida pela Flinders University, no sul da Austrália, está sendo testada em sites de mineração para o seqüestro de mercúrio e poderá contribuir para reduzir os impactos causados pela lixiviação de mercúrio no ambiente após os processos de mineração e a queima de combustível fóssil.

O desenvolvimento da tecnologia teve origem quando uma equipe da Flinders University, liderada pelo Dr. Justin Chalker, desenvolveu um polímero denominado Sulfur-Limonene Polysulfide (SLP) a partir do óleo de laranja, em 2015, para tentar resolver o problema da poluição por mercúrio. O alto custo do SLP e sua limitada aplicação, no entanto, fez com que a equipe buscasse alternativas. "Um grande número desses sites onde queremos remediar a poluição por mercúrio – minas de ouro, plantas

de cloro-álcalis e alguns segmentos da agricultura em que são usados fungicidas ricos em mercúrio – exige uma grande quantidade do material e por isto precisa ser muito barato, para se tornar viável”, disse Chalker. Em razão disso, a equipe procurou óleos de plantas mais baratos, como os de canola e, mais do que isso, os óleos de cozinha usados, o que permite um corte significativo nos custos das matérias primas. Além disso, o óleo usado de cozinha é mais durável, porque resiste a altas temperaturas e pode capturar uma maior diversidade de espécies de mercúrio, como aqueles encontrados no campo.

O novo polímero tem apenas dois ingredientes: óleo de canola usado e enxofre, um subproduto de baixo custo da produção de petróleo. O polímero pode ser usado na remediação de solo, água e ar.

Depois de absorver a poluição por mercúrio, o polímero (uma espécie de borracha) muda de cor, passando do marrom ao preto, indicando que o trabalho foi feito. O mercúrio permanece no polímero e pode ser estocado de forma segura, sem riscos ao meio ambiente. Chalker disse que a equipe demonstrou que o polímero baseado em óleo de canola e enxofre pode capturar mercúrio orgânico e inorgânico, mercúrio de metal e mercúrio na forma gasosa. Além do mercúrio, a equipe agora está mirando outras formas de poluição e até outras aplicações para o material.

#### **Obrigação legal**

“Em qualquer indústria onde o mercúrio é emitido ou usado intencionalmente, a empresa é obrigada legalmente a adotar planos para o controle das emissões e no caso em que não há tecnologia cujo uso seja viável a um preço razoável, terá que se buscar outras alternativas. Nós desejamos preencher essa lacuna”, disse Chalker.

O polímero é licenciado para venda através da empresa Kerafast, uma companhia americana de reagentes que tem como principal objetivo desenvolver ferramentas de pesquisa e torná-las acessíveis à comunidade científica. Agora a equipe está trabalhando com firmas de engenharia em Adelaide para projetar plantas piloto e reatores que permitam produzir uma tonelada ou mais do material, disse o professor. A expectativa é que no próximo ano já se possa saber exatamente a escala em que o polímero pode ser usado. “Há outros materiais que podem ser adquiridos agora, como carvão ativado, mas pensamos que nosso polímero será bem mais barato, seguro e pode ser produzido em escalas bem maiores do que as desses outros materiais”, finalizou.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 09/08/2017**



## **BRASIL VAI PERDER COMPETITIVIDADE E INVESTIMENTOS COM NOVA TRIBUTAÇÃO**

Ao contrário do que se esperava, as medidas anunciadas pelo governo federal no plano de criação de novo marco regulatório da indústria de mineração desagradaram a maioria das empresas que atuam no país. Na avaliação de mineradoras ouvidas pelo **Valor**, o resultado é a perda de competitividade no país frente às suas

concorrentes. Ao mesmo tempo, alertam que os investimentos das multinacionais deverão rumar para outros países, como Peru, Chile, Austrália e Canadá.

O mal-estar no setor foi agravado principalmente pelo aumento da alíquota de royalties sobre a produção mineral, a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). E pela forma como ele veio: por Medida Provisória (MP). Começa a incidir imediatamente sobre a produção. Na média, o aumento é da ordem de 80% sobre os percentuais cobrados até agora.

"É um momento difícil e delicado, em que a sanha tributária, principalmente dos municípios, ameaça todo o setor mineral" afirmou Walter Alvarenga, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as mineradoras no país. Os municípios ficam com dois terços do valor arrecado com o tributo.

Executivos da Vale, Votorantim Metais, Mineração Rio do Norte, CSN Mineração, Alcoa, Anglo American, Anglo Gold Ashanti, Imerys, CMOC, Kinross e Samarco foram unânimes: os aumentos de tributos sobre o setor, aliados às dificuldades para se obter licenciamento ambiental para novos projetos, e até para as operações existentes, vão desestimular novos investimentos no país.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse ao *\*Valor\** que até agora o Brasil vivia com a incerteza sobre as regras no setor. Que a nova regulação traz uma segurança e clareza para quem vai investir. Ele acredita que as medidas não vão afugentar investimentos, ao contrário, fazer com que retornem ao país, que enfrenta retração nos últimos anos.

O ministro afirmou que a adoção de MP foi o caminho encontrado para que o plano de revitalização saísse do papel, depois de anos de discussão sem chegar a lugar nenhum. "Na forma de projeto de lei, como era antes, não sairia do Congresso", afirmou. Coelho Filho acrescentou que o aumento do royalty já era discutido no projeto anterior. "Aumento de imposto sempre tem uma reação por parte das empresas".

Para o ministro, apesar da mudança da base de cálculo da Cfem – de receita líquida para faturamento bruto - o novo imposto é mais justo. Descartando o peso da Casa Civil e da Fazenda no texto final do novo marco, informou que a proposição das mudanças foi do seu ministério, depois debatidas nos dois ministérios e Receita Federal. "Agora temos um marco regulatório, que permitirá a volta de muitos investimentos".

Já para as empresas, a mudança de base de cálculo, por si só, já significou aumento da tributação. "Essa sanha arrecadadora não leva em conta a perda de competitividade com a carga tributária que já temos no país. Só a necessidade econômica de municípios, que são os maiores beneficiários da Cfem", disse Clóvis Torres, diretor-executivo da Vale. Segundo ele, não se pode olhar isoladamente a questão da Cfem, pois o Brasil, entre os cinco grandes países mineradores, é de longe o que tem a maior tributação - 14% superior à do segundo colocado.

Com o nome pomposo de Programa Nacional de Revitalização da Indústria Mineral, o novo marco regulatório foi lançado por meio de três MPs – uma definindo a nova Cfem, outra criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substitui o DNPM (órgão federal do setor) e a terceira regulamentou o código mineral do país, criado há décadas. Ficaram de fora alguns temas, como a mineração em faixa de fronteira por estrangeiros e diretrizes mais claras para os processos de licenciamento ambiental.

Para Tito Martins, da Votorantim Metais, ao não se considerar uma série de problemas que já existiam, em discussão com o DNPM, "vão criar indisposição para todos os lados" da forma como foram apresentadas as mudanças de regras no setor.

"Sabe o que vai acontecer? Judicialização". Diz que o país não está preocupado em tratar mineração como uma indústria relevante, apesar de ser. Representa 16% do PIB da produção industrial.

"Diante desse cenário, uma empresa multinacional vai ter preferência por outros países", afirmou Ruben Fernandes, presidente da Anglo American Brasil, que produz minério de ferro e níquel no país, destacando o peso do custo que o país já carrega.

No caso da Imerys, de mineração de caulim no Pará, ao se decidir sobre dois investimentos recentemente, o board da companhia nos EUA optou por um projeto de menor retorno na América do Norte do que por um no Brasil, mais atraente. O que pesou, relatou Marcos Moreira, diretor de operação da divisão global de caulim, foi a incerteza de regras. "Cada dia tem uma notícia diferente no Brasil. Agora é a Cfem; qual será a próxima", perguntou o CEO da Imerys.

Há um mar de exemplos de dificuldades relatadas pelas empresas no seu dia a dia e que, para todas, tendem a se agravar. Um problema, apontam, é a burocratização existente na área ambiental. "Para fazermos o EIA/Rima de um projeto nos foi exigido um estudo do próprio Estudo de Licenciamento. E já dura mais de dois anos, com termos de referência indo e vindo. Provavelmente vai custar mais esse estudo do que a compensação do eventual impacto", relatou o presidente da Alcoa no Brasil, Otávio Carvalheira.

Na mineração de agregados (argila, brita e areia), insumos utilizados na construção civil, o presidente da Embú, Luiz Eulálio Moraes Terra, disse que o tributo triplicou, apenas com a mudança da base de cálculo. Vai passar de 0,5% do projeto anterior para 1,5% com a nova regra. "O que se previa para baratear o custo da construção, vai encarecer".

O Ibram e as empresas afiliadas começam a se preparar para uma batalha árdua nos bastidores do Congresso Nacional, onde deputados e senadores vão analisar as medidas provisórias. O cipoal de emendas de parlamentares, que querem incluir as mais diversas propostas, é imenso.

Foram apresentadas cerca de 400, segundo Coelho Filho. Em muitos casos, há pedidos de maior aumento de tributação sobre as mineradoras.

O **Valor** vai publicar, em breve, a íntegra da mesa redonda que discutiu com representantes do setor o novo marco regulatório.

**Fonte: Valor**

**Autor: Ivo Ribeiro**

**Data: 11/08/2017**